

Ano 5, vol VIII, 2012-1, jan-jun, Pág 94-104

MULHERES INDÍGENAS, MOVIMENTO SOCIAL E FEMINISMO NA AMAZÔNIA: EMPREENDENDO APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NECESSÁRIOS.

Fabiane Vinente dos Santos

Resumo

O artigo pretende refletir sobre as especificidades do movimento de mulheres indígenas na Amazônia brasileira em relação ao feminismo convencional a partir da experiência do Seminário “Estados Nacionais, saúde e as mulheres Indígenas na Amazônia: políticas públicas, cultura e direitos reprodutivos no contexto pan-amazônico”, ocorrido em Manaus, Amazonas, em 2004.

Palavras-chave: mulheres indígenas; feminismo; Amazônia.

Abstract

The paper intends to reflect on the specificities of the movement of indigenous women in the Brazilian Amazon in relation to the discussion of the conventional feminism, from the experience of the seminar "National States, Health and Indigenous Women in Amazon: public policy, culture and reproductive rights in the pan-Amazonian context", held at Manaus, Brazil, in 2004.

Word-keys: indigenous women; feminism; Amazon

No final de 2004 fui convidada a participar de um projeto de promoção à equidade de gênero financiado pela Ford Foundation e coordenado pela professora Luiza Garnelo, colega de trabalho no Centro do Pesquisas Leônidas e Maria Deane da fundação Oswaldo Cruz – Manaus. O projeto, que tinha um componente de pesquisa e outro de extensão, finalizaria suas atividades com dois eventos: um curso de formação para mulheres indígenas representantes de vários pontos da Amazônia brasileira e uma Seminário que reuniria pesquisadores de toda a Amazônia (Brasil, Peru, Venezuela, Colômbia) além das próprias mulheres indígenas. Meu envolvimento foi como uma das facilitadoras do curso. Durante as discussões relacionadas à questão de gênero com as indígenas, várias questões inquietantes surgiram como o fato das mulheres indígenas

não se enxergarem nas bandeiras de luta do movimento feminista convencional e a especificidade de suas formas organizativas. A reflexão que empreendo aqui se relaciona a uma tentativa de dialogar com essas questões que emergiram de forma muito especial no Seminário “Estados Nacionais, saúde e as mulheres Indígenas na Amazônia: políticas públicas, cultura e direitos reprodutivos no contexto pan-amazônico”. Apesar de alguns anos terem se passado desde o evento, creio que as questões levantadas ainda são pertinentes para uma aproximação com o universo do movimento de mulheres indígenas.

A temática do movimento das mulheres indígenas na Amazônia brasileira distingue a originalidade de um movimento político marcado por sua relativa novidade e, ao mesmo tempo, a condição de consequência das diversas formas de intervenção que o movimento indígena tem tido a necessidade de elaborar. O aumento no número de associações específicas de mulheres, o ainda tímido, porém significativo, espaço dado às mulheres e às questões a elas relacionadas nas organizações indígenas de modo geral, o maior capital social obtido por estas nas agendas públicas e o espaço aberto por agências financiadoras de projetos sociais junto às comunidades, com a criação de linhas de trabalho específicas para as questões de gênero são sintomáticos desta mudança.

A natureza das reivindicações das mulheres indígenas está relacionada principalmente à necessidade de reflexão a respeito do caráter desigual que permeia a distribuição de benefícios individuais e coletivos entre homens e mulheres nas comunidades e demais coletivos indígenas. À primeira vista, isto seria o suficiente para trazer este movimento diretamente para o campo das lutas feministas (HEBISCHER, 1993). Com uma observação mais atenta, contudo, é possível perceber que esta aproximação não é tão simples. A organização política das mulheres indígenas trás desafios instigantes tanto para os interlocutores externos dos povos indígenas quanto para o próprio movimento indígena de forma mais ampla, uma vez que obriga todos a repensar o sentido da equanimidade preconizada pelo próprio movimento. Se a máxima “tratar os diferentes de forma diferenciada” – tem sustentado e estimulado a luta por direitos básicos no movimento indígena como educação diferenciada, saúde, alternativas econômicas, entre outros, o movimento de mulheres indígenas revela a

exigência de ampliar o significado destas diferenças e de reinventar antigas lutas, com a elaboração de novas pautas e bandeiras de luta.

Todavia, a simples aproximação do movimento de mulheres indígenas com o feminismo não pode ser feita sem que se incorra no risco de distorções por estarmos nos referindo a culturas diferentes, com valores, práticas e representações sobre o corpo, sobre a sexualidade e sobre a condição feminina não necessariamente convergentes. Se a idéia de que a submissão feminina tem no controle social do corpo da mulher sua principal ferramenta é um avanço para o feminismo, preconizando o sentido de individualidade de forma plena ao pregar a necessidade da autonomia desta em relação a suas funções reprodutivas, nas sociedades indígenas o sentido de coletividade choca-se inevitavelmente com o individualismo ocidental. O corpo feminino nas sociedades indígenas têm um papel diferenciado dentro da lógica que permeia as relações no coletivo. Estas questões nos obrigam a repensar nossas próprias representações sobre as expressões políticas das mulheres em contextos culturalmente diferenciados.

Mas onde reside a novidade do movimento de mulheres indígenas? Como podemos situar as organizações de mulheres indígenas nos circuitos de movimentos sociais, nas instâncias de interlocução com a sociedade nacional, com o movimento feminista e com o próprio movimento indígena? Neste artigo, baseado em três anos de trabalho de assessoria à organizações indígenas de mulheres, à participação em seus congressos e assembléias e a uma enriquecedora convivência com suas lideranças, pretendemos refletir sobre estas questões.

Um fato notório é que as mulheres indígenas são grandes desconhecidas, seja nas políticas públicas, na tradição etnológica. Este é um aspecto de rápida identificação pela grande lacuna de dados consolidados a respeito da mulher indígena. Isso se deve principalmente ao pouco destaque recebido pelas mulheres nos estudos antropológicos; esta lacuna tem sua origem na oposição entre público x privado na qual foi dividida a vida social pela tradição acadêmica – com a conseqüente depreciação do espaço doméstico, além da tradicional “supremacia” masculina nas organizações. Lasmар (1999) aponta três fatores para a ênfase dada aos homens nos estudos etnológicos: o papel masculino de agente de contato com o mundo exterior; a valorização cultural da caça e da guerra – atividades geralmente relacionadas aos homens e a existência de rituais secretos exclusivos aos homens, que funcionam como momentos de afirmação da

identidade cultural e da própria masculinidade. Em contrapartida, a mulher indígena na antropologia tem sido representada como o elemento passivo da cultura, ora aparecendo como moeda circulante entre as facções para garantir alianças a partir do parentesco, ora a partir da esfera doméstica, a partir da já citada oposição entre público e privado como estruturante de processos sociais mais complexos.

Por conta da vinculação das mulheres aos espaços domésticos, sendo estes vistos sempre como mais tradicionais, as mulheres são relacionadas a uma maior resistência à mudança e encarada como o elemento mais conservador dos grupos. O antagonismo sexual é comum em praticamente todas as sociedades humanas, bem como o caráter misógino das restrições que tem como objeto o comportamento feminino, seu acesso aos espaços, ao conhecimento dos rituais sagrados ou à legitimação política para negociar (ROSALDO & LAMPHERE, 1976). Nas sociedades indígenas não é diferente. Os marcadores de gênero são ditados pelo costume; o mito justifica e sustenta a ordem social, inclusive a exclusão da mulher da esfera política.

A experiência do contato tem trazido transformações profundas na vida das comunidades amazônicas; estas transformações repercutem diretamente nos papéis de gênero e conseqüentemente na divisão social do trabalho, na forma de pensar e ver o mundo por parte de homens e mulheres. A introdução das comunidades indígenas numa economia de mercado criou novas necessidades e aspirações. A depreciação das condições de vida nas comunidades em função de doenças do contato, a busca por colocação na nova ordem estimularam a migração para centros urbanos e adoção de hábitos e práticas diversas. O associativismo indígena, tão profícuo nas décadas de 70 e 80, é um exemplo das estratégias desenhadas pelos indígenas para lidar com as mudanças e lutar por seus direitos.

Diferente das representações tradicionais a seu respeito, as mulheres indígenas têm demonstrado uma grande sensibilidade nos processos de mudanças sociais nos quais estão inseridas com suas famílias. A emergência das organizações e departamentos de mulheres nas associações indígenas em solo urbano são um indicador importante das estratégias adotadas por elas para a sobrevivência sua e de seu grupo familiar, mas muito mais que isso, expressam um novo momento de afirmação de uma identidade em formação.

Uma das questões exemplares dos conflitos que permeiam a contraposição entre a lógica “comunitária” e a “ocidental” é o do planejamento familiar em áreas indígenas. Os órgãos governamentais e as próprias organizações indígenas de forma geral têm como posição política que não sejam dados estímulos à restrição das proles entre os indígenas, sob o risco de diminuição na escala de crescimento demográfico. O que se percebe na fala das mulheres participantes dos encontros e fóruns do movimento, contudo, é exatamente o contrário. As representantes das mulheres indígenas têm questionado estas posições e defendido o direito ao acesso às informações sobre controle da natalidade e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis por parte de mulheres e homens. É importante lembrar que tais mulheres são portadoras de uma experiência urbana consolidada, o que não as desqualifica como porta-vozes das mulheres que representam, mas as relaciona a uma reflexão sobre o caráter das transformações sofridas nos papéis de gênero entre os indígenas.

As mulheres também têm uma percepção muito particular sobre a necessidade de envolvimento dos homens nas discussões dos temas levantados pelas mulheres. Um aspecto sensível nesta questão é o da violência intra-familiar. Como são as mulheres, por sua tradicional condição de subordinação no grupo social, as maiores vítimas da violência decorrente do alcoolismo, da degradação das condições de vida das comunidades e das alterações sociais decorrentes de problemas advindos das situações de exclusão dos indígenas, são estas que tem chamado a atenção para o problema de forma mais enfática. Este é um exemplo de problema que envolve uma gama tão ampla de variáveis que nos dá uma dimensão clara da importância do movimento político das mulheres indígenas como interlocutor para as políticas sociais voltadas para as populações indígenas.

Diferente do movimento indígena formal, as organizações de mulheres possuem uma dinâmica própria, que raramente está diretamente relacionada às “bases”¹ como no caso das organizações indígenas de abrangência regional. Ser liderança indígena implica numa série de condições e mudanças que não estimulam as mulheres a assumir cargos nas organizações fora dos setores destinados exclusivamente às mulheres. Como a maioria dos departamentos e associações está localizada em sedes na cidade, fica difícil

¹ Por “bases” entendem-se as comunidades indígenas em seu papel político de sustentação do movimento, como negociadoras, articuladoras e fornecedoras de novas lideranças.

à mulher sair da comunidade e mudar-se para o meio urbano tendo filhos e marido. A dinâmica das atividades relacionadas à liderança de associações maiores também são problemáticas, com viagens constantes e necessidade de qualificação técnica, possibilitada somente por uma escolarização mínima, nem sempre acessível às mulheres comunitárias. Penetrar neste “círculo fechado” das lideranças indígenas sem dúvida constitui-se num grande desafio para as mulheres, uma vez que é problemático encontrar mulheres dispostas e em condições de efetuarem mudanças tão drásticas em suas vidas, como as requeridas, e depois retornar incólume para a comunidade.

O associativismo das mulheres indígenas ainda esbarra em problemas de várias ordens: estruturais, como a dificuldade técnica em captar recursos para a manutenção das organizações e das próprias lideranças e de ordem de legitimidade, uma vez que elas têm que disputar espaço fora e dentro das organizações maiores, onde seu espaço político ainda é precário e necessita de fortalecimento. Apesar da criação dos departamentos e organizações de mulheres indígenas dentro ou fora das organizações já ter se tornado relativamente comum, as indígenas ainda ressentem-se de dificuldades em serem reconhecidas como lideranças dentro das organizações, uma vez que seu capital político – a representatividade de um segmento tradicionalmente “invisível” na arena política – é de origem distinta da dos homens².

Uma questão sempre presente nos debates das mulheres indígenas é a da condição de mulher indígena na cidade; não é à toa que as mais antigas associações de mulheres indígenas na Amazônia nasceram em ambiente urbano³. Com o aumento do número de famílias indígenas que se muda para a cidade, as transformações no modo de vida comunitário acarretam a necessidade de um ganho fixo para manutenção do grupo no novo ambiente. É nesse sentido que as mulheres, vêm-se na situação de obter formas de geração de renda que possibilitem manter o grupo. Hoje, as associações de mulheres buscam alternativas, das quais se destaca a venda de artesanato indígena, por exemplo,

² Neste sentido, a criação de departamentos e organizações de mulheres, embora represente um passo importante como espaços e nichos políticos criados especificamente para garantir a participação das mulheres constituem-se num paradoxo, à medida que podem servir como paliativo de uma participação efetiva, uma vitrine para expor a presença das mulheres nas organizações, restringindo, contudo, sua capacidade de participação exclusivamente a estas esferas, enquanto cômoda e sutilmente impede seu acesso a cargos altos dentro da estrutura mais geral das organizações.

³ AMARN (Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro) e a AMISM (Associação das Mulheres Indígenas de Mulheres Indígenas Sateré-Maué) estão entre as primeiras organizações de mulheres surgidas na Amazônia.

que contribui para a manutenção da identidade cultural e para o encontro e renovação dos laços de amizade e vínculos de grupo na cidade.

A instrução escolar é sempre muito enfocada nos discursos como importante elemento para conquista de espaço no meio urbano e como forma de “equiparação” com as mulheres urbanas e com os próprios homens, a fim de agregar elementos que pudessem fornecer um diferencial na disputa (sempre desigual) por emprego e reconhecimento. Viver na cidade é considerado pelas mulheres indígenas um grande desafio, pois envolve o distanciamento das referências e dos laços de grupo, além das dificuldades e obstáculos comuns à população de baixa renda para conseguir manter-se. Isto gera um triplo sentido de exclusão, muito enfocada nos discursos das lideranças: além de conviverem com o preconceito por serem indígenas, ainda soma-se a isso sua condição de mulher e interiorana.

A vida na comunidade apresenta algumas vantagens em relação à cidade, como a relativa facilidade de obtenção de alimentos, através da caça, pesca ou das plantações nas roças, enquanto que no meio urbano estas alternativas não estão disponíveis. A monetarização das relações comerciais e a obrigatoriedade do pagamento de taxas públicas de luz, água e aluguel, na maioria das vezes, torna a vida na cidade um desafio diário de sobrevivência. Sem o dinheiro não há como pagar as contas, como se vestir, como comer ou como pagar as taxas públicas de água e luz. Para sobreviver na cidade, as mulheres são constantemente chamadas a assumir a chefia das famílias, pois possuem mais facilidade em conseguir uma fonte de renda – como serviços domésticos, por exemplo – do que seus parceiros. O associativismo no meio urbano, como no caso da ASIBA⁴ em Barcelos e da AMARN em Manaus, tem como principal fator de estímulo à organização de mulheres artesãs que encontram na confecção de peças uma alternativa de geração de renda. O associativismo é construído como uma das únicas alternativas para minimizar os problemas comuns no empreendimento das manufaturas, como a disputa por mercado, a dificuldade em encontrar compradores para escoar a produção, entre outros.

A vida na cidade provoca também mudanças nos papéis de gênero dentro dos grupos familiares, com a repartição de responsabilidades reelaboradas dentro do modelo

⁴ Associação Indígena de Barcelos.

de conjugalidade nas uniões. As mulheres percebem estas mudanças e expressam esta percepção ao relatar que seus homens agora começam a executar eventualmente tarefas até então consideradas exclusivas das mulheres, como cozinhar ou cuidar dos filhos. Estas mudanças, contudo, estão longe de refletir uma redistribuição radical de tarefas entre os gêneros no âmbito da família: estão muito mais relacionadas aos ajustes domésticos necessários derivados do ritmo de vida de uma liderança indígena, uma vez que os constantes compromissos, reuniões e viagens provocam necessariamente algumas mudanças nos horários e hábitos dos filhos e maridos. Logo, estas mulheres, as lideranças, gozam de um status “doméstico” bem distinto do de suas companheiras nas bases. A responsabilidade da liderança de servir de “intermediária” entre o mundo dos brancos e as bases, apesar de ser notadamente menos intensa que a dos homens, em função de seu já citado processo de escolha diferenciado, não desaparece: as mulheres sabem da importância de estarem informadas e atualizadas para poder cumprir este papel durante suas visitas às bases, e parecem conscientes da necessidade de possuírem mais elementos a fim de fornecerem informações e orientações. A questão da discriminação sofrida no meio urbano, porém, foi consensual entre todas: este parece ser o maior problema enfrentado, pois atinge a auto-estima e estimula principalmente os mais jovens a ocultarem sua origem indígena.

Com relação às mudanças nos papéis de gênero, uma das preocupações das lideranças femininas expressa durante o encontro foi a “adequação” do que possa representar as transformações nos papéis de gênero a partir da experiência do contato em função da diversidade de culturas dos povos indígenas. Há um consenso sobre a necessidade de questões delicadas como a participação feminina ser discutida com muito cuidado em cada comunidade, dada a diferença entre as culturas indígenas.

As mulheres têm abordado de forma corajosa alguns temas polêmicos, como o controle da sexualidade por parte dos maridos, o direito de escolher quando ter relações sexuais ou mesmo a preferência das famílias por filhos homens. Para as indígenas, o sentido de equanimidade de seu movimento reflete-se em políticas concretas que dão conta dos problemas que atingem as mulheres indígenas de forma cada vez mais intensa. Ao abordarem a questão dos atendimentos médicos às mulheres, as lideranças afirmaram a necessidade de exames preventivos de doenças ginecológicas entre as

mulheres indígenas, a fim de garantir a assistência adequada, sempre levando em consideração a diversidade dos costumes.

Ao falar sobre os curtos intervalos intergenésicos comuns entre as mulheres indígenas, as mulheres concordam e mais uma vez afirmaram os problemas em para decidir quando ter filhos, já que isso era muito difícil para as mulheres na comunidade. As mulheres também rejeitam a visão tradicionalista de que certas temáticas polêmicas como o uso de medicamentos contraceptivos por indígenas nas comunidades não devam ser debatidas sob o risco de interferência na cultura. Elas afirmam o desejo por informações e o direito de fazerem as escolhas sobre o que possa influenciar em sua qualidade de vida.

Em linhas gerais, as mulheres indígenas querem uma distribuição de oportunidades mais equânime, de acordo com o redimensionamento dos papéis sociais de gênero provocados pelo contato, maior sensibilidade das lideranças masculinas, dos parceiros e da sociedade sobre os câmbios sociais e as transformações dele decorrentes na vida das mulheres. Não se justifica que benefícios básicos como acesso à escola, atenção à saúde e políticas específicas sejam negados ou subtraídos das mulheres indígenas. Esta é uma das mensagens que as mulheres constantemente evocam.

Sem dúvida o sentido de autonomia preconizado pelo movimento das mulheres indígenas é diferente do defendido pelo movimento feminista. Transposto da esfera acadêmica para os movimentos sociais, o conceito de gênero tem sofrido vários câmbios teóricos. Estes câmbios de sentido, em se tratando do movimento de mulheres indígenas, acontecem nos dois sentidos: tanto em relação ao conceito, que precisa ser revisto para aplicação, quanto em relação às próprias mulheres e o movimento de forma geral, que dele se apropriam para balizar os debates e reivindicações.

Como elementos social e culturalmente mais ligados aos filhos e às famílias, as reivindicações das mulheres indígenas não estão circunscritas à sua condição de mulher, mas abrangem as preocupações elaboradas como mães, filhas e parentas. A luta das mulheres também provoca uma série de outras questões que acabam nascendo no bojo de seu movimento: quantas outras causas encontram-se subsumidas dentro do movimento indígena? O que dizer da necessidade de políticas específicas para os idosos indígenas, para as crianças, para os adolescentes, para o indígena urbanizado...

A “novidade” do movimento de mulheres indígenas, ao mesmo tempo que é responsável pela atual condição de dinamicidade do movimento, também é responsável pela notável dificuldade de algumas esferas em articular e negociar as pautas de interesse das indígenas, caracterizando uma difícil relação deste com a esfera pública, causada aparentemente pela falta de ferramentas técnicas para apropriação dos temas do movimento pelos órgãos e políticas públicas⁵. Ao movimento feminista fica a tarefa de buscar o diálogo junto a estas novas “atrizes sociais”, abrindo mão das “certezas” sobre as relações de gênero da sociedade ocidental, em função da construção de novos paradigmas apresentados como desafios na abordagem do gênero em outras culturas e alteridades.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). Estados Nacionais, saúde e as mulheres Indígenas na Amazônia: políticas públicas, cultura e direitos reprodutivos no contexto pan-amazônico. (CD-Rom). Manaus: ABA; CPLMD/Fiocruz, 2004.

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. *Questão de Gênero*. Disponível na Web na URL: www.coiab.com.br. Retirada em 20/05/2004.

HEBISCHER, Verena. O conhecimento como resultado de relações conflituosas entre grupos. In: GERGEN, Mary (ed.) *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: EdUnb, 1993.

LASMAR, Cristiane. Mulheres indígenas: representações. *Revista Estudos Feministas*. 7 (1 e 2). 1999. 143-156.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – *Plano de ação 2004-2007*. Brasília-DF, 2004.

ROSALDO, Michelle. & LAMPHERE, Louise. *Introdução*. In: *A Mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

⁵ Um exemplo claro desta dificuldade dos órgãos públicos em apropriar-se da temática da mulher indígena está no Plano de Ação 2004-2007 da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que apresenta no objetivo específico relacionado às mulheres indígenas apenas duas ações a serem executadas: uma relacionada ao treinamento de profissionais de saúde em atenção integral à mulher indígena e outro para a capacitação de profissionais de saúde para atuarem como multiplicadores “treinando” as parteiras indígenas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

* Bolsista do Programa RH-Posgrad da Fapeam, Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Leônidas & Maria Deane (Amazonas), Antropóloga, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), doutoranda em Antropologia Social (UNICAMP).



SACCHI, Angela. Mulheres Indígenas e Participação Política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Revista Antropológicas*, v. 14, p. 105-120, 2003.